

O FUTURO DA ABERTURA

WALDER DE GÓES — Ontem nós discutimos a “administração da crise econômica”, mas eu acho que temos também problemas de “administração da crise política”. Quando falo da crise política estou falando da transição dos patamares atuais da Abertura para um novo arranjo político logo depois das eleições. Existe esse período de travessia, com os seus complicadores, e isso identifica uma situação análoga ao que se chamou aqui ontem de *administração da crise econômica*. É também, portanto, um encaminhamento que se pretenderá fazer do sistema político nessa etapa, à qual se seguirá provavelmente um novo arranjo político no País.

Neste sentido, o primeiro ponto que eu gostaria de situar é o de que provavelmente teremos, a partir de agora, uma maior conexão entre esses dois níveis, isto é, uma maior aproximação entre a gerência da crise política e a gerência da crise econômica. Isto foi discutido na reunião anterior, em nível exploratório, quando falamos numa possível liberalização da política econômica e do crédito em função do calendário eleitoral.

Essa aproximação entre os dois níveis, a meu ver, tende a reduzir a capacidade de controle do Governo sobre o conjunto das situações. Haverá também uma previsível redução da capacidade do Governo de se antecipar às manifestações do sistema político. Quer dizer, até agora ele pôde gerir a economia e a política, ou administrar a crise econômica e a crise política, precisamente porque conseguiu separar esses dois níveis, e, desta forma, exercer uma ação antecipatória relativamente segura. Na área puramente política ele se antecipou, por exemplo, dissolvendo os Partidos. Ele pôde impor os termos da anistia e ainda está podendo antecipar-se impondo regras para o jogo eleitoral. O Governo ainda dispõe de relativa capacidade de controle na estipulação dessas regras.

A partir de agora, com a maior conexão entre esses dois níveis, começa a se esgotar essa capacidade antecipatória e a gerência da política passa a se comportar como a gerência da economia, isto é, os membros do Governo passam a agir como bombeiros, apagando os incêndios que vão se produzindo na carreira para as eleições.

Um terceiro nível, que eu também coloco apenas para suscitar debates, é o previsível aumento da turbulência militar. Quando se produziu o episódio do Riocentro, dizem que o General Golbery sintetizou numa frase, que não foi publicada, toda a sensação que o Governo teve em face do caso. Ele teria dito o seguinte: "*este é um problema que não tem solução, é um típico problema sem solução*". E, de fato, é um típico problema sem solução. Qualquer que fosse o resultado final do inquérito, teríamos seqüelas. Qualquer que fosse. Mas tendo tido o resultado que teve, acho que ficou relativamente afetada a credibilidade política da Presidência da República. Creio também que se ampliem as divergências dentro das Forças Armadas, na medida em que o relatório do IPM fornece material para a dissidência militar, que nunca foi expressiva, nunca foi grande, mas pode ser potencializada por essa oferta de material adicional.

Esse relatório pode, eventualmente, aumentar a autonomia daqueles setores que o General Geisel chamou de bolsões *sinceros mas radicais*.

Mas também é previsível que alguns novos fatos atuem para neutralizar em parte essa turbulência. Há indicações de que a Presidência da República pode adotar providências *interna corporis*, com o objetivo de desmobilizar os setores mais atemorizados com o julgamento do passado.

Nesta mesma linha de raciocínio, sabemos que o calendário militar deste ano oferece ao Presidente da República a oportunidade de alterar todo o alto comando do Exército. Quer dizer, já foram para a reserva dois generais do Exército, agora em julho quatro outros vão para a reserva e em novembro os seis restantes também o fazem. Isto significa que o Presidente tem uma oportunidade, singular na história deste País, de alterar todo o Comando. Este fato não deve ser superestimado, pois os valores da Corporação

Militar uniformizam o comportamento. Mas há uma diferença essencial, no que diz respeito às relações do Presidente com o Exército, entre a situação atual, em que os membros do Alto Comando são os homens que elegeram o Presidente, ou que apoiaram sua eleição, e mesmo que o fizeram General de quatro estrelas, e a situação futura, em que os generais terão sido feitos pela mão do Presidente. Há, portanto, a possibilidade de uma maior fidelidade do Alto Comando às orientações políticas da Presidência.

Num quarto nível da discussão, acho que haverá um previsível aumento do espaço de operação dos Partidos Oposicionistas. Na medida em que a capacidade de manobra do Governo deixa de se caracterizar por ações em nível estratégico, e passa a ações em nível tático, com o Governo no papel de bombeiro, apagando incêndios, criam-se espaços dentro dos quais os Partidos de Oposição podem operar com muito mais facilidade. O que os Partidos de Oposição irão fazer com esse espaço é outra questão. Acho que as tendências ainda são muito embrionárias, muito difíceis de serem definidas e descobertas. De qualquer modo, a médio prazo, parece-me que as tendências nos Partidos de Oposição apontam para uma maior aglutinação, não para a dispersão.

Parece-me possível que o conjunto de quatro Partidos Oposicionistas, por fusão, por algum tipo de união, se transformem em dois, ou mesmo em um, antes das eleições. Após as eleições, é bem provável para mim que se transformem mesmo em um. A mim me parece que o sistema político rumará, no Brasil, para um sistema bipartidário. O que não se pode determinar é se esta tendência à contração ocorrerá antes das eleições, mas certamente ela se manifestará fortemente depois das eleições. Mesmo antes das eleições, é previsível que nós tenhamos um quadro partidário com fusões que liguem o PMDB provavelmente ao PT, ou ao PTB, ou ao PDT. Essas coisas são possíveis.

ANDRÉ LARA REZENDE — Pediram-me para falar sobre os desdobramentos da crise econômica que estamos atravessando e suas implicações para o processo da abertura democrática. Vou começar fazendo um retrospecto de como nós chegamos à atual situação econômica.

Há um consenso hoje em dia que os problemas econômicos atuais foram deflagrados pelo aumento do preço do petróleo em 73. O processo de industrialização nas últimas três décadas estava baseado, certamente, em petróleo barato. E o carro-chefe da industrialização brasileira era a indústria automobilística. O enorme *deficit* comercial ocorrido em 1974 deu sinal evidente da necessidade de se reajustar a economia à nova realidade dos preços da energia que se anunciavam. Mas a opção do Brasil, na época, já em 74, foi a de evitar uma parada do crescimento. Temia-se uma política contracionista. Optou-se, assim, por uma política que mantinha o crescimento nos anos seguintes. A meu ver, essa foi uma decisão acertada, pois havia grandes pressões sociais e também porque havia uma certa flexibilidade devido ao desenvolvimento do sistema financeiro internacional, muito ampliado pelo próprio *superavit* da Opep após 74. Portanto, era possível financiar esse desequilíbrio externo durante um período em que se fariam reajustamentos da economia. O erro, a meu ver, foi não estabelecer um programa coerente de reestruturação da economia brasileira, ou seja, a adesão a um plano de investimentos formulado antes do aumento dos preços do petróleo. Isso permitiu que a economia evoluísse, até 1977, como se nada tivesse ocorrido. Em 77, houve a primeira tentativa de se fazer um desaquecimento econômico. Ao primeiro sinal de desaquecimento, ficou claro que não havia sustentação para esse tipo de política, sem planejamento e sem projeto de médio e longo prazos. No final de 77, ativou-se novamente a economia de forma bastante atrapalhada e desorganizada, o que levou a uma pressão inflacionária bastante grave. A segunda tentativa de desaquecimento ocorreu em 79, dois anos mais tarde, diante de um novo aumento dos preços do petróleo. Na verdade, a saída do Ministro Simonsen da Secretaria de Planejamento foi mais um sinal de que ainda não se admitia a possibilidade de sacrifícios necessários diante da crise internacional. A nomeação de Delfim Neto para o Ministério do Planejamento foi, de novo, mais uma tentativa de negar essa necessidade de se promover reajustamentos na economia. Ele assumiu o cargo negando a necessidade de desaquecimento e dizendo que seria possível manter o crescimento acelerado. É óbvio que ele recebeu o apoio generalizado dos empresários, ao dizer isso.

Mas a verdade é que o Delfim implantou algumas medidas de ajustamento. O primeiro reajustamento de preços começa com a energia; a maxidesvalorização foi um reajustamento do câmbio. Todavia, estas medidas foram totalmente frustradas por uma política monetária fora de controle no segundo semestre de 1979 e por uma política de pré-fixação de correção monetária e da correção de câmbio em 1980. Na verdade, não havia como implantar essas mudanças de preços sem um projeto coerente de investimentos. O ano de 1980 foi um desastre. A taxa de inflação aumentou rapidamente. Tivemos, em 1980, inflação em alta, expectativa de inflação em alta, correção cambial controlada, correção monetária controlada. Isto causou um efeito especulativo sobre o consumo de bens duráveis e uma demanda artificial, que levou a um crescimento também artificial extremamente danoso diante do desequilíbrio externo da economia.

Em 1974 pôde-se apostar na carta do endividamento externo, mas com o segundo aumento do preço do petróleo, em 1979, ficou evidente que não era possível continuar jogando essa carta sem primeiro formular uma proposta de solução do desequilíbrio cambial. Foi o ano em que houve uma mudança para pior na maneira como o Brasil era visto pelos credores internacionais. Uma mudança para pior em termos do risco que o Brasil significava. Isto ficou patente nas taxas de risco que o Brasil pagava, que estavam abaixo de 1.5% até o começo de 1980, e subiram para mais de 2% no ano de 80. Houve claramente uma mudança na percepção dos banqueiros internacionais em relação ao risco que envolvia o Brasil. Foi o primeiro sinal de que a economia brasileira, diante de uma nova etapa de aumento de preço, não tinha ainda um projeto de ajustamento a ser feito no futuro.

Essa impossibilidade de continuar jogando a carta de endividamento foi expressa de forma dramática, por volta de outubro de 1980, quando ficou evidente que seria impossível fechar o *deficit* na nossa balança de pagamentos através da captação de recursos externos. O setor privado, assustado com a maxidesvalorização, diminuiu seus empréstimos externos. O setor público encontrou a retração dos banqueiros internacionais. Então, em outubro, houve realmente o risco das reservas baixarem a nível praticamente zero.

Esse susto muito grande foi resolvido à base de contratação de créditos de curto prazo, que não aparecem nas estatísticas de endividamento externo para aquele ano. Com isto, foi possível fechar o balanço de pagamentos à última hora e manter um nível de reservas de 6,4 milhões de dólares.

Este susto tornou ainda mais claro que não havia mais nenhuma possibilidade de continuar insistindo numa política de crescimento que desconsiderava a limitação externa. Então, a partir de dezembro de 1980, implantou-se uma política econômica restritiva, visando provocar um desaquecimento rápido na economia, baseado em três pontos fundamentais: o controle quantitativo do crédito, uma política monetária muito restritiva, baseada na colocação agressiva de títulos da dívida pública, e corte nos gastos correntes e de investimentos das empresas estatais. O objetivo era provocar uma mini-recessão já no primeiro semestre de 1981, e era uma política relativamente mais folgada no 3.º e 4.º trimestres. A intenção era conseguir resultados favoráveis na balança comercial ainda no primeiro trimestre, pois a recessão reduziria as importações e também as vendas internas das empresas, forçando, assim, a busca mais agressiva do mercado externo. O controle quantitativo do crédito e a alta taxa de juros doméstica estimulariam a captação de recursos externos, melhorando também o balanço de pagamentos. Esperava-se também uma queda na taxa de inflação.

Quais foram os resultados atingidos no primeiro semestre de 1981? O desaquecimento da economia foi imediato. O crescimento industrial nesses primeiros 5 ou 6 meses do ano foi nulo ou mesmo negativo. Os resultados da balança comercial foram favoráveis, conforme se esperava. As exportações não cresceram muito, devido à queda dos preços dos produtos primários, mas as importações caíram bastante.

Não se obteve, entretanto, nenhum ganho com a inflação. Ela subiu até a taxa de 120%, em fevereiro de 81, e de lá para cá estabilizou-se. Na minha opinião, o que acontecerá no segundo semestre de 1981?

Poderemos esperar uma relativa folga na política econômica? Não, porque os resultados não foram suficientemente positivos para diminuir as restrições externas. O segundo semestre de 81 vai ser

exatamente igual ao primeiro: o controle quantitativo do crédito será mantido, a taxa de inflação pode ter uma ligeira queda, mas vamos chegar no final de 81 com um crescimento industrial nulo ou levemente negativo. Dependendo do setor agrícola, teremos uma taxa de crescimento entre 2 a 3% para a economia no seu conjunto. A captação externa foi favorável no primeiro semestre, por causa do controle de crédito e altas taxas de juros.

Assim, chegaremos ao final de 1981 com uma economia certamente em recessão industrial e sem ter mudado o quadro de restrições externas que nós encontrávamos no começo de 80.

Que política será implementada em 1982? A menos que se mude o quadro, exatamente a mesma coisa: controle de crédito, taxa de juros alta no mercado interno e aprofundamento da recessão por mais um ano.

Fala-se que as eleições de 82 obrigariam o governo a abrandar a política econômica. Acho que isso não vai ser possível. Vamos ter eleições em 82 com a economia em recessão e com uma taxa de inflação ainda muito elevada.

Na minha opinião, não resta outra alternativa, a menos que se tenha um projeto coerente para os próximos anos. A atual política é claramente feita de hoje para amanhã, de maneira imediatista, respondendo às pressões mais agudas a cada momento. Esse imediatismo da política econômica atual é a principal causa da perplexidade que existe atualmente no país.

Sem um projeto de sociedade não há possibilidade de se implementar ou formular políticas econômicas para superar o impasse atual. Mas é um engano achar que se pode esperar um projeto de sociedade dos formuladores da política econômica.

Os anos de autoritarismo foram legitimados pelo desempenho excepcional do setor moderno da economia. Este setor moderno enfrenta agora uma crise. Qualquer avanço no processo de democratização vai recolocar o grave problema social dos setores marginalizados da população que não foram incorporados, mesmo com o excepcional desempenho econômico, nos anos do "milagre". Agora, com a crise do setor moderno, essa situação torna-se mais difícil, e aí está, a meu ver, o maior perigo que o processo de democratização

vai enfrentar: a crise do setor dinâmico vir a ser apontada como argumento contra a abertura democrática.

O Brasil está, evidentemente, em um momento em que tem que implementar um programa de estabilização, ou seja, um processo de reajuste. Para que esse reajuste possa ser feito de maneira compatível com a abertura democrática, é necessário encontrar mecanismos institucionais e lideranças moderadas capazes de arbitrar as demandas e perdas dos vários grupos sociais com um grau razoável de consenso. Isso só pode ser conseguido com base em um projeto de sociedade para o Brasil para as próximas décadas.

Os próximos três ou quatro anos serão uma fase de transição, durante a qual deverá ficar claro que a abertura é um processo nem muito lento, nem explosivo. Se nessa fase de transição surgir um projeto de sociedade com um grau elevado de consenso, será possível, então, formular as políticas econômicas necessárias para esse período e preparar as bases para uma fase posterior, de retomada do crescimento econômico. Mas essa retomada deverá estar não somente reajustada à nova realidade do preço de energia, como também com uma percepção crítica dos erros das últimas três décadas, ou seja, a incapacidade do modelo vigente para incorporar setores socialmente marginalizados do País.

Se não formos capazes, nesse curto período de tempo, de criar os mecanismos institucionais e as lideranças parlamentares para o período de transição, corremos o sério perigo de que a solução autoritária volte a ser vista como uma alternativa viável, e talvez como a única alternativa.

É evidente que a solução autoritária pode resolver o impasse a prazo muito curto, mas será um atraso fundamental em termos de um projeto de uma sociedade mais razoável para as próximas décadas. Ou seja, o erro de se abortar o atual projeto de abertura, em nome de uma solução autoritária, para resolver a curto prazo a crise econômica, é que os custos seriam extremamente elevados a mais longo prazo. Em termos de modelos ideológicos, acho que existem dois candidatos para essa solução autoritária. O primeiro é uma solução *nacionalista estatizante*, que conseguiria certo apoio na opinião pública, afirmando que os problemas brasileiros são causados pelos credores internacionais, pelo estrangulamento que nos está

sendo imposto de fora para dentro. O segundo é uma solução *neo-liberal*, à maneira chilena, que faria um ajustamento traumático, causando uma profunda recessão, desarticulando a indústria brasileira, tentando incorporar o Brasil na economia internacional, mas à custa de praticamente desarticular todo o parque industrial criado nas três últimas décadas, além de ter custos sociais extremamente elevados, em termos de desemprego.

Essas duas soluções são, a meu ver, altamente indesejáveis. A única alternativa possível para evitá-las é conseguir-se a construção de um arcabouço institucional capaz de suportar esse período de transição, no qual se geraria um novo projeto para o Brasil. As eleições de 82 vão ser um marco deste período de transição em que estamos entrando agora. Elas é que irão definir se vai ser ou não possível criar-se este arcabouço institucional moderado para uma transição em direção a uma sociedade mais justa e adaptada à nova realidade de preço de energia.

REGIS BONELI — O termo *processo de abertura* tem hoje em dia, no meu ponto de vista, um significado bastante claro: a eleição de 82, que está sendo tomada como um marco muito preciso do que venha a ser a Abertura no futuro.

No entanto, para que a Abertura se efetive, é necessário que o Governo tente evitar, tanto quanto possível, um desastre nessas eleições. Esse desastre provavelmente ocorrerá se for mantida a atual política econômica. Na verdade, esta política econômica é uma tentativa de jogar contra o tempo, para obter resultados que permitam um desafogo o ano que vem. Concordo inteiramente com o André Lara Rezende quando ele diz que provavelmente não vai haver desafogo. Então, o que deve acontecer se persistir essa política econômica por algum tempo? O nível de desemprego e o estado de insatisfação em 1982 serão piores do que hoje. A política econômica, tal como está montada, não deve dar os resultados que dela se espera. Até o momento não deu.

Por outro lado, a situação atual é uma camisa-de-força, porque qualquer afrouxamento dos controles acarretará mais inflação. Por ser essencialmente pragmática, a atual política vai tentar tapar buracos aqui e ali. Por exemplo, o subsídio creditício à agricultura, os incentivos à exportação dos manufaturados, etc. Eles não resolvem

o problema fundamental: o alto nível da taxa de inflação. Não vai ser fácil fazer baixar a inflação. Isto pode ser conseguido “derrubando-se” a economia, mas a sociedade não aceitará tal “solução”. Isso tudo me leva a concluir que algum arranjo vai ter que ser feito na política econômica, mesmo com o risco de um pouco mais de inflação, por um período longo, para evitar uma perda muito grande do governo nas eleições do ano que vem.

LUCIANO COUTINHO — Também concordo, em linhas gerais, com a exposição do André. Acho que colocou bem os problemas, mas discordo com relação às causas da crise. É verdade que o problema energético é uma dimensão fundamental da crise atual, mas não me parece que ele seja o núcleo fundamental para explicar a desaceleração. Não vou me deter neste ponto, porque isto nos levaria a uma discussão mais extensa sobre a natureza da crise. Hoje temos que tratar das perspectivas, dos desdobramentos futuros. Quanto a este ponto, sou mais pessimista do que os que me precederam. Primeiro, acho que a política de desaquecimento industrial já produziu no primeiro semestre uma taxa negativa de crescimento. Projetando essa tendência, com os necessários ajustamentos, até o fim do ano, e supondo a manutenção da atual política econômica, teremos um crescimento industrial negativo de pelo menos 2% em 81. É até possível que essa projeção seja otimista, porque, sendo mantida a política econômica atual, os efeitos já desencadeados podem agravar ainda mais a recessão da economia. É possível, por exemplo, que a desaceleração profunda no setor de bens de consumo duráveis se reflita para trás no setor de fornecedores e alcance até mesmo os setores que produzem insumos e bens de capital, coisa que já está acontecendo. Então, eu vejo até com um pouco mais de pessimismo, se mantida a atual política econômica, o problema da desaceleração industrial. Concordo que a inflação não vai cair este ano significativamente. Se cair, será de 120 para 110%, o que já será uma enorme vitória.

Com relação ao balanço de pagamentos, também sou um pouco mais pessimista. Eu acho que os primeiros resultados, no primeiro semestre, apesar do Banco Central alardear que foram muito bons, na verdade foram medíocres. Os recursos externos conseguidos até agora apenas deram para girar, para *rolar a dívida*,

como se diz, no limite, e assim mesmo com a queda de reservas que já ocorreu de dezembro para cá. Então, realmente, a situação da restrição externa continua grave. Tudo indica que a política econômica recessiva vai ser mantida até o fim do ano e que não existe, dentro da arapuca em que o governo se meteu, possibilidade de recuo a curto prazo. Na verdade, ao invés de administrar a crise, nós estamos *sendo administrados* pelo balanço de pagamentos, pelos banqueiros, pela restrição econômica. A perspectiva dos credores internacionais, na verdade, é que o país fique uns 3 anos numa situação semi-recessiva, estagnada, que as importações continuem contidas, e com isso se consiga manter ou ampliar um *superavit* na conta comercial. E que, com isso, o País consiga ir resolvendo o gravíssimo problema do balanço de pagamentos, que já nos coloca numa situação de quase insolvência, e desta forma reverter e tornar tolerável o financiamento externo.

A verdade dos fatos é que a nossa reserva externa é inteiramente fictícia. O que nós temos é uma dívida. É como se você tivesse numa empresa um passivo, um exigível, a curtíssimo prazo, de 10 bilhões, e uma reserva, um ativo de 6,2. Olhando o passivo e o ativo a curto prazo, o que nós temos, na realidade, é uma reserva que não existe.

A situação é feia e, dentro do quadro atual de poder e do tipo de proposta que o governo projeta para a frente, não há possibilidade de recuo. A onda de falência e insolvência que virá no fim do ano será feíssima. Teremos uma recessão industrial muito pior do que a engendrada por Roberto Campos e Bulhões ali por volta de 1965 e 1967. Provavelmente, isso vai afetar também o setor de serviços. Os setores de serviços mais ligados à indústria e ao comércio já estão sofrendo. Concordo, portanto, que o governo se colocou numa arapuca, de onde não consegue sair, e não tem projeto para tentar sair dela. Isso inclusive é um dos fatores negativos, em termos de credibilidade. O Governo opera com um horizonte de 60 dias; não tem nenhum projeto sólido de médio prazo para frente. Não existe nenhuma estratégia, nenhuma política industrial proposta, nada! Depois da complementação da estrutura industrial feita pelo governo Geisel, com o desenvolvimento do setor de bens de capital, não existe nenhuma proposta para a frente.

Existe a proposta de recessão industrial. As duas únicas propostas que existem estão fora do setor industrial, que é o setor mais importante da economia: é a agricultura, que a longo prazo não vai poder levar o país para a frente, e o programa de reajustamento energético, que não está até agora articulado de forma coerente com uma política consistente de inversão a curto prazo.

Hoje de manhã, tive ocasião de conversar com um possível candidato do PDS ao Governo de São Paulo. Estava angustiadíssimo, dizendo que assim não dá, que o PDS está caminhando para um desastre eleitoral. Vejamos agora o problema da Oposição. As Oposições hoje não podem mais brincar irresponsavelmente com o problema econômico e social. Não podem se limitar ao problema institucional, ignorando a colocação de alternativas de política econômica. Ela precisa apresentar uma alternativa que seja confiável e que seja também viável politicamente. O Sr. Delfim Neto recusa-se a pensar do ponto de vista estratégico, o que é ridículo, dado o caráter estrutural da crise do País. Não tem nada a propor em termos de indústria, nada em termos de segmentos de indústria, nada no que se refere ao crescimento da indústria de base.

Há necessidade de um projeto. Seria importantíssimo que o PP produzisse um projeto e o propusesse. O PMDB e os outros Partidos estão propondo projetos de política articulados, e bastante densos em termos de fundamentação técnica.

Mesmo que esses projetos não sejam imediatamente viáveis do ponto de vista político, exercem um papel fundamental de balizar esta fase de transição. Tome-se, por exemplo, o problema da dívida externa. É indispensável renegociá-la, resolver o problema de alguma forma, seja por entendimento direto com os grandes bancos americanos, seja através da proposta que o Antônio Ermírio de Moraes fez há pouco tempo, de ficar pagando só os juros durante três ou quatro anos. É preciso uma solução, porque a situação da Balança de Pagamentos é gravíssima, não existe saída dentro do quadro atual senão com uma recessão prolongada de três anos. E uma recessão prolongada de três anos a sociedade não agüenta digerir.

Acho inteiramente suicida pensar que dá para continuar empurrando com a barriga. Isto significa levar o País para uma recessão profunda em 82 e ir fechando inclusive as alternativas políticas,

visto que um desastre eleitoral em 82 não é nada bom em termos de continuidade a longo prazo do processo de transição para uma estrutura democrática. Digamos que o Governo perca, mas não perca tão feio. O Governo precisa perder de uma forma tolerável. Isso é o que precisa acontecer e as Oposições, ganhando as eleições de 82, precisam ter uma proposta pronta, uma proposta tecnicamente consistente. Talvez fosse até importante que houvesse propostas com nuances, uma proposta do Tancredo, do PP, um pouco mais moderada, para que haja margem de negociação. Hoje não existe clima para um retrocesso de direita a partir do setor militar, que está fortalecido, como o Walder de Góes mostrou, mas ele não tem nenhuma base social, nenhuma proposta política. Mas, à medida que a recessão se agravar, as coisas podem ficar imprevisíveis.

A única coisa que a direita pode propor é uma tentativa nacionalista, contra os banqueiros internacionais, moratória da dívida externa, e o endurecimento, é claro, para uma coisa tipo Brasil grande, a meu ver um pouco fascista. A alternativa *neo-liberal* tipo Argentina não vingará, nisso discordo. Não vingará porque a economia brasileira não se compara de forma alguma nem com a economia argentina, nem com a chilena. O Brasil é a oitava economia mundial, as multinacionais vêm isso aqui como uma pérola no futuro; as multinacionais, diga-se de passagem, as produtivas, já estão irritadas com a atual política econômica. Algumas são contra inclusive qualquer mudança na política salarial.

Existe no Brasil uma resistência profunda contra qualquer tipo de solução *neo-liberal* à maneira argentina ou chilena. Uma solução estatizante, nacionalista, que rearticule o crescimento da indústria, esta sim pode somar algum apoio político. É a única coisa que eles podem propor. E é inclusive uma arma que pode ser brandida contra os banqueiros internacionais, se eles apertarem muito na questão do financiamento externo. É claro que o problema da dívida não pode ser negociado de uma forma irresponsável, leviana, isso é coisa muito complicada. Mas se mantiverem as atuais restrições, a posição nacionalista tenderá a crescer como proposta, porque nada mais caro a certos setores das Forças Armadas do que a idéia de que o País está sendo “administrado”, está se

ajustando à situação externa, e que a soberania nacional já é quase nula, em matéria de política econômica.

WALDER DE GÓES — Apenas rapidamente queria observar o seguinte. Há uma concordância quanto ao fato de que estamos em turbulência, e que essa turbulência tende a aumentar a curto prazo, isto é, na corrida daqui para o fim do próximo ano. Mas eu acho que isto fornece uma perspectiva otimista, e não apenas uma perspectiva pessimista.

Ora, não é esperável que as Forças Armadas, que os Partidos políticos, que as burocracias ou que os empresários, separada ou conjuntamente, sentem-se a uma mesa e produzam um projeto. Isto não acontece assim, não temos notícia na história da humanidade de que essas coisas se produzam dessa forma. Aqui mesmo, agora, nós podemos sentar e fazer um projeto, mas que capacidade temos de implementá-lo? Não temos força política para fazê-lo. A perspectiva otimista nasce do fato de que o aumento da turbulência gerará resultados eleitorais que por si *imporão um novo projeto*. Quer dizer, *o novo projeto sairá das urnas*. Esta é a perspectiva possível. O novo projeto surgirá espontaneamente através da remodelação dos quadros do poder, através da eleição, em seguida a um momento de turbulência. Esta é que acabará por gerar um novo pacto.

ALKIMAR R. MOURA — Em sentido geral, concordo com a análise que o André Lara Rezende desenvolveu sobre as causas do atual impasse econômico. No entanto, discordo do grau de pessimismo que está presente nela pois, na minha opinião, a economia brasileira tem um pouco de gás para ir mais adiante, com a mesma política. Toda a análise, até agora, baseou-se apenas em fatores internos, esquecendo-se da economia internacional, que também nos afeta. Vou tentar construir um cenário alternativo, baseado na perspectiva de que a economia internacional não vá continuar eternamente em crise. Existem praticamente três variáveis críticas que afetam o setor externo da economia brasileira. A primeira é o preço real do petróleo, a segunda, o nível da taxa internacional de juros, e a terceira é a situação de recessão ou expansão das economias industrializadas. Quanto ao preço real do petróleo, a perspectiva é razoavelmente boa, pois teremos preços estáveis pelo menos até o fim

do ano. Quanto à taxa internacional de juros, estamos experimentando hoje um nível anormalmente alto. Muitos economistas prevêem que essa elevação é transitória. A economia capitalista ocidental não pode continuar operando com esse nível de taxa de juros reais. Então, supondo-se que a taxa de juros internacional caia, isto terá quatro efeitos favoráveis para a economia brasileira. Primeiro, grande parte da dívida externa brasileira é contratada com taxas de juros variáveis. Ora, se elas caem, diminuirá o custo de rolar a nossa dívida. Em segundo lugar, a queda na taxa de juros nos Estados Unidos deverá provocar uma diminuição na tendência atual de valorização do dólar em relação às moedas européias. Isto tem prejudicado as exportações brasileiras para a Europa e o Japão, porque o cruzeiro está valorizado em relação ao marco e ao yen. Em terceiro lugar, essa taxa de juros demasiado alta vem provocando uma queda no preço dos principais produtos primários. Ora, prevendo-se uma redução na taxa de juros internacional, o preço dos grãos que o Brasil exporta deverá sofrer uma elevação. O quarto mecanismo pelo qual a redução da taxa de juros pode ser favorável ao Brasil é que ocasionará uma redução na taxa de juros interna, pois existe um necessário acoplamento entre o mercado de crédito nacional e o internacional.

A última variável crítica é a situação de recessão ou expansão das economias ocidentais. Também os analistas econômicos europeus e americanos estão prevendo uma recuperação das economias americana e européia no final deste semestre e durante o ano de 82. É claro que ela não vai ser tão boa quanto foi a recuperação ocidental depois do primeiro choque do petróleo, mas, de qualquer forma, deve ajudar as exportações brasileiras.

Assim, do lado externo, vejo a possibilidade de se manter a atual política de “empurrar com a barriga” por mais algum tempo. Entre os fatores internos, cabe perguntar se existe alguma restrição fundamental que implicaria a impossibilidade de continuar essa política. As eleições de 1982 foram apontadas como o provável elemento que indicaria a necessidade de mudanças. Acho que a eleição não vai ter nenhum efeito na condução da política econômica, pois o mecanismo de decisões econômicas é totalmente insensível a resultados eleitorais. As principais decisões de política econômica,

no Brasil, não passam pelo Congresso. Elas emanam do Conselho Monetário Nacional, um grupo de 24 pessoas, que não tem nenhum compromisso com partidos políticos. Por isto não acho que o governo vá mudar as atuais diretrizes econômicas em função das eleições. Acho que ocorrerão modificações pequenas, no varejo, sem alterar o quadro geral. No entanto, pode haver um grau crescente de turbulência na economia, pois a aplicação da atual política recessiva prejudicará alguns setores do capital nacional. Pela mesma razão de que o arcabouço de decisões na economia tende a favorecer o capital, alguns setores podem não estar satisfeitos com o atual rumo da política econômica.

Entretanto, como foi observado pelo Pêrsio Arida, essa política de "administração da crise" impede a formação de coalizões sistemáticas da burguesia contra o aparelho de Estado. É difícil que os eventuais perdedores do setor privado tenham condições de mudar a política econômica. Além do mais, nem todos os setores estão perdendo. O setor financeiro obviamente está ganhando; o setor de agricultura para exportação; os exportadores de manufaturados e de armamentos; os empreiteiros das obras governamentais inadiáveis, etc., também estão ganhando. Assim, não é claro que a política econômica vai ser mudada por pressão da burguesia, nem por pressão do resultado eleitoral. O problema do desemprego, este sim, pode gerar uma grande turbulência social, de conseqüências graves. Para resumir, contrariamente ao que se falou aqui, acho que existe um pouco mais de gás na política econômica atual do que foi dito, e provavelmente vamos ter que conviver com ela por mais dois ou três anos.

PÉRSIO ARIDA — Parece-me que no começo de 82 vai se repetir o mesmo quadro do começo de 81, a saber, uma inflação razoavelmente alta, e de novo um problema de captação externa de recursos. É claro que o governo vai perder as eleições, se não evitar a recessão mais grave em 82, comparativamente a 81. Aí trata-se de saber qual restrição é mais importante: a política, de não perder as eleições, ou a econômica, de não perder o controle da inflação e da balança de pagamento. Acho que o governo vai se arriscar a fazer composições razoáveis com alguns setores da oposição, tentando a qualquer custo não perder a eleição. A restrição econô-

mica é crucial no caso. Podemos imaginar alguns cenários alternativos. No primeiro deles, se o governo mantiver a política recessiva, pode perder as eleições, ou suspendê-las. No segundo cenário, o governo tenta renegociar a dívida para aumentar seu grau de manobra, no começo de 82. Renegociar a dívida parece atraente quando há problemas cruciais na balança de pagamento. Mas eu acho que a renegociação da dívida sem o respaldo de um processo democrático já estabelecido deve ser evitada a todo custo, por causa da enorme perda de poder de barganha que isso representaria. Podemos imaginar uma terceira situação, a saber: consolida-se o processo democrático, as eleições se realizam, e aí, então, se tenta renegociar. Esse parece o cenário mais razoável, porque conduz a um resultado superior no campo econômico e permite um avanço no processo de democratização, fazendo-se a renegociação da dívida após as eleições de 1982.

ANDRÉ LARA REZENDE — Quero fazer alguns comentários, começando pelas observações do Alkimar. Concordo com ele que o espaço para se continuar fazendo esse tipo de política imediatista é muito grande, desde que se teve de sacrificar o crescimento econômico.

Se aceitarmos uma situação recessiva, acho que é possível ficar mais dois a três anos com uma administração feita no dia-a-dia, sem uma oposição organizada contra a política econômica e contra o regime.

Concordo também que o grau de aperto da política de recessão doméstica vai depender da taxa de juros internacional. Se a taxa de juros baixasse, seria possível fazer isso com menos aperto. Contudo, há dois anos que se prevê a queda na taxa internacional de juros e ela não tem baixado.

É certo que as taxas de juros têm efeitos diretos sobre a conta de serviços da balança de pagamentos. Além disso, a alta taxa de juros nos Estados Unidos está provocando a valorização do dólar. Como o Brasil mantém uma paridade com o dólar, isto reduz a competitividade das exportações brasileiras para os países do Mercado Comum Europeu e outros países, cujas moedas estão se desvalorizando em relação ao dólar. As elevadas taxas de juros estão derrubando os preços dos produtos primários nas Bolsas.

Esses efeitos somados não são nada desprezíveis. No entanto, não acredito em taxas de juros reais negativas daqui para a frente,

como aconteceu entre 1973 e 1979. Os países superavitários da OPEP não estão mais dispostos a aceitar taxas de juros negativas para suas aplicações financeiras.

Concordo então que se estivermos dispostos a aceitar a recessão e uma política econômica que visa impedir a oposição organizada do bloco empresarial contra ela, é possível manter-se o estado de coisas atual.

A minha preocupação com esta postura é que ela não promove uma reestruturação da economia para a fase posterior de crescimento. Além disso, em qualquer momento, as coisas podem escapar ao controle, por exemplo, devido a um novo aumento do petróleo, uma quebra de safra, etc., o que provocará novo choque inflacionário.

Portanto, embora ache possível manter a atual política econômica, isso é extremamente perigoso. O que se deve fazer no momento é tentar a formação de um arcabouço institucional que possa sugerir um projeto econômico alternativo.

Aqui, concordo com o que o Walder disse e um pouco discordo do Luciano, pois não acho que a Oposição esteja em condições de fazer uma proposta econômica coerente. Não enquanto estiver do lado de fora. Se a Oposição for incorporada, de alguma forma, aí sim, poderia haver uma composição. Teria que ser algo com lideranças moderadas, para permitir uma composição.

O problema é que a implementação de uma nova proposta também tem custos. Portanto, ela não poderia ser implementada pela atual equipe política e econômica, porque os custos não seriam considerados aceitáveis. Tem que ser com uma outra administração. A quota de sacrifício necessária só será aceita se for a política de outras lideranças que não as atuais. Isso é o fundamental. Por isso acho que as próximas eleições, de 1982 e 1984, são cruciais.

No que diz respeito à renegociação da dívida, também concordo com o Pérsio. A renegociação é certamente uma capitulação, porque não há nenhuma condição, do ponto de vista do Brasil, de impor uma moratória. Mas nossos credores também não têm condição de nos impor muita coisa. O Sistema Financeiro Internacional, de 72 para cá, se atomizou muito. Os banqueiros internacionais não agem em bloco. Ao contrário, quando os países em desenvolvimento dependiam de agências oficiais internacionais, era muito mais difícil.

Essas agências tinham muito mais capacidade de agir em bloco e impor um ajustamento para as economias que estavam em desequilíbrio na Balança de Pagamentos.

O desconforto atual do ponto de vista do banqueiro é que não há mais nenhuma agência, ou nenhuma composição dos banqueiros, capaz de impor um ajustamento a um País sucessivamente endividado. Essa maior atomização do Sistema Financeiro Internacional, com o maior desenvolvimento do sistema financeiro privado, permitiu muito mais flexibilidade aos países que não possuem petróleo para fazer seus ajustes.

Se o Brasil conseguir equacionar esse problema doméstico, se essa sensação de perplexidade for equacionada politicamente, o endividamento brasileiro não é exagerado e pode continuar financiando-se no Sistema Internacional. O Brasil poderia continuar girando essa dívida, até aumentando um pouco, sem necessidade de sentar à mesa em bloco para renegociar, pois isso seria prejudicial.

LUCIANO COUTINHO — Existe o possível e o provável. Não estou dizendo que seja impossível acontecer o que os outros falaram, mas acho mais provável ocorrer um agravamento da recessão. O raciocínio todo do Alkimar é que estamos dependendo do Paul Wolker, o chefe do Federal Reserve americano. Estamos dependendo dele: se baixar a taxa de juros, melhora um pouquinho. Geralmente, a taxa de juros não cai muito abaixo de 15%, essa é a expectativa de todos os banqueiros. Até o fim do ano, os banqueiros acham que não cai. O Wolker já disse e repetiu, com apoio do Reagan, que ele não vai baixar a taxa de juros até a economia americana entrar em recessão e cair a taxa da inflação. Porém, o que estamos vendo é, ao contrário, a recuperação da economia americana. Está muito mais forte do que se esperava e a expectativa é de que a taxa de juros continue alta.

Mas o problema é que, mesmo se os juros baixarem, melhoram umas coisas e pioram outras. É muito bonito para o Xequê Yamani ficar fazendo papel de bom moço e mantendo um excesso de oferta no mercado de petróleo, para estabilizar os preços, quando ele sabe que os petrodólares dele estão belamente aplicados, com taxa de juros real positiva. Se a taxa de juros ficar negativa, se cair a taxa de juros, pode subir o preço do petróleo. É aquela estória,

se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. A taxa de juros real tem que ficar ligeiramente positiva, ligeiramente acima da inflação mundial. Assim, mesmo que ela caia desse nível astronômico de vinte por cento, não vai ficar muito abaixo de quinze. Ou seja, nosso ganho aí é pequeno, marginal. Dá um pouco mais de gás, para manter a atual política, mas não dá para gerar uma alternativa. Assim sendo, não dá para pensar em crescer, porque crescer significa também aumentar importações e todo o esforço de exportação vai por água abaixo.

Acho mesmo que este Governo não tem a menor condição de negociar a dívida. Para isso seria preciso ter um plano de racionamento de combustível preparado. Seria preciso ter mobilizado o povo para dizer “nós vamos renegociar para defender a soberania nacional”. O povo precisaria estar preparado para ouvir “nós vamos racionar petróleo, vamos racionar isto, vamos racionar aquilo”. Ou seja, para negociar em bases decentes, é preciso apoio político, apoio popular. E é preciso ter um projeto alternativo, um projeto sério, a médio e longo prazos, articulado, com suporte popular. Aí a coisa da dívida externa já fica mais folgada. E aí já se pode renegociar com um certo cacife. Para não se perder nessa cartada, é preciso estar preparado para as conseqüências de um possível estancamento total na economia.

Podem ocorrer represálias comerciais violentas. Obviamente, a negociação é um jogo sutil, mas é preciso estar preparado para a eventualidade de represálias desse tipo. Acho também que as oposições brasileiras, neste aspecto, têm andado a passo de cágado. A realidade vai a 100 por hora, o governo vai a 70, as oposições andam a 10 por hora. Não vejo muito problema técnico de fazer uma proposta alternativa à política econômica. Não falta nem inteligência, nem valores intelectuais na oposição para fazer isso. Formular um projeto agora teria um efeito político importante. As lideranças mais inteligentes da oposição, como o Senador Marcos Freire, estão querendo propor. Os grandes sindicatos italianos, que são oposição, têm propostas extremamente afinadas, em cima da conjuntura, extremamente ágeis. Por que aqui não podemos também dar um passo à frente? Por outro lado, ou não concordo com o Pêrsio. Acho que ele subestima muito a capacidade de resistência

política do empresariado à atual política. Basta ver a recente declaração feita pelo Delfim na Escola Superior de Guerra, dizendo que o pessoal da FIESP estava agarrado às tetas da nação, e a fortíssima reação do empresariado. Eu acho que já se está formando uma frente entre a multinacional, que tem interesse de continuar vendendo e tendo lucro no Brasil, entre o empresariado nacional do setor de bens de capital e, inclusive, o grande empresário da construção civil pesada, que está acumulando créditos junto ao governo, e o governo não paga. Há um atrito em formação, não vamos subestimar isso. Não vamos também querer separar a política da economia, que não pode. Os governadores do PDS estão nervosos, estão falando que “assim não dá!”.

MARIA DO CARMO C. SOUZA — De início eu fico um pouco impressionada com o fato de vocês, economistas, estarem tão pessimistas em relação à economia e de um certo modo otimistas em relação à política. Ou seja, de um lado vocês tomam como fatal que vão acontecer eleições em 82. Eu também gostaria de acreditar nisso, acho mesmo que a tendência é haver eleições, mas coloco algumas dúvidas a respeito. Se o problema econômico continuar nesse ascenso crítico e a solução política um pouco turbulenta, eu não sei se as eleições vêm com tanta certeza como afirmaram até agora. De qualquer modo, me inclino a imaginar o seguinte: mesmo que haja eleição, e mesmo que a derrota do Governo seja absorvida sem muitos traumas pelo sistema, não me parece fácil o passo seguinte, o suposto de que um projeto econômico sairia das urnas. Isso suporia duas coisas. Primeiro, que o resultado eleitoral fosse interpretado de uma maneira inequívoca, e absorvido pelo sistema com seu sentido bem determinado. Mas nem sempre, no Brasil, as eleições tiveram um sentido claro, e mesmo quando tiveram, não foram assim absorvidas. Segundo, suponhamos que viesse do Tancredo Neves um projeto alternativo. Será que o programa do PP, programa nacionalizante, não está um pouco em defasagem com a atual integração da economia ao mercado internacional? Além disso, não há garantia de que o projeto do PP venha a coincidir inteiramente com a eventual posição do Tancredo.

Do outro lado, a vitória eleitoral da oposição, e nesse sentido concordo com o Alkimar, não provocará necessariamente, ou prova-

velmente, uma descentralização decisória. Ou seja, mesmo que a oposição ganhe a eleição, o Congresso não vai ter a força que se imagina, como consequência de um resultado favorável à oposição. Nesse sentido, eu pergunto ao Walder: até que ponto o exército realmente aceita uma devolução maior de poder de decisão ao Congresso? Se não aceita, a eleição vai ser absorvida apenas como um dado genérico de que a população está descontente com a política atual, o que aliás o Governo já sabe, visto que está aí o casuísmo eleitoral. Então, a derrota eleitoral, não estou dizendo que não tem importância no campo político, mas de fato a capacidade de decisão do Congresso não será necessariamente alterada. Outra coisa que o Walder mencionou como uma solução de curto prazo, que se apresenta ao Presidente Figueiredo, é a mudança de perfil do novo comando militar. Qual seria o perfil desse alto comando nas mãos do Presidente Figueiredo e de que modo ele poderia, vamos dizer, segurar um pouco a turbulência do exército, que você aponta como existente?

Quanto ao projeto econômico alternativo, em que consistiria, realmente? Seria um projeto estatizante, nacionalizante, ou de que ordem? Vocês dizem que um projeto liberal *à la* Chile ou Argentina não é possível. Ontem o Celso Pinto, da *Gazeta Mercantil*, estava falando sobre a possibilidade de um *pacto conservador*. Gostaria de saber o que significa um pacto conservador em termos de um projeto econômico viável.

Quando o André Lara Rezende diz que as soluções, em caso de retrocesso político e autoritarismo, seriam ou um projeto *neo-liberal* ou um projeto nacionalizante e estatizante, eu pergunto como é possível um projeto nacionalizante, dado o grau de integração que hoje existe com a economia internacional? Segundo, um projeto *neo-liberal*, que é o nome dado aqui à experiência chilena, dado o grau de inserção estatal na economia e dado o grande interesse das empresas estatais, já sedimentadas e cristalizadas, como seria possível?

Resumindo, acho que há um certo otimismo em relação às eleições, que eu gostaria de compartilhar e em parte compartilho. Mas acho que o efeito das eleições pode estar sendo exagerado, sobretudo considerando-se o perfil do sistema político, que é de

alta centralização. Como é que isso poderia ser alterado, a menos que os militares vejam como possível a mudança do papel do Congresso e dos Partidos no sistema político?

BOLIVAR LAMOUNIER — Na verdade, a Maria do Carmo antecipou alguns dos temas que desejo discutir. Das duas alternativas que o André delineou para o caso da catástrofe econômica, quais sejam, a alternativa *neo-liberal* à maneira chilena e a alternativa de um nacionalismo popular mobilizante, que tem uma certa tradição ideológica no Brasil, não acredito na verdade em nenhuma das duas. Acredito bem menos na “chilena”. Essa parece-me fora de questão. A “nacionalista popular” reaparece de tempo em tempo, como proposta, mas também me parece profundamente inviável.

Isto posto, parece-me útil um esforço de avaliação do que foi dito, mas partindo da premissa de que o sistema político não vai passar por alterações tão drásticas. Tomando esse pressuposto, gostaria de observar que, de ontem para hoje, houve uma grave escalada de pessimismo. Notei inclusive que o Walder fez uma adesão implícita à tese pessimista, porque hoje acrescentou, é verdade que em tom bastante ameno, um raciocínio extremamente grave, ao dizer que o próprio controle político, a própria capacidade de gerenciamento por parte da cúpula do sistema, estará fatalmente em declínio durante este ano. Bom, se a capacidade de gerenciamento político está em declínio, então nós estamos evidentemente num mato sem cachorro. Quer dizer, a situação econômica se deteriorando de uma maneira extremamente rápida e em vez do sistema político ter maior capacidade de responder a essa situação, ao ver do Walder, ele está também em grave degeneração. Por isso vou aceitar como premissa de raciocínio que o problema de aumentar a coesão no sistema político, de torná-lo mais centrípeto do que centrífugo, durante os próximos dois anos, é fundamental.

A solução aventada para recuperar a coesão do sistema político tomou vários nomes em nossa discussão. O nome mais freqüente foi o de *projeto*. Foi dito várias vezes que é preciso ter um projeto, e aí surgiu uma pequena divergência entre o Luciano e o Walder, o Luciano afirmando a necessidade de um projeto previamente elaborado, consistente, com componentes técnicos, e o Walder dizendo que esse projeto nascerá da boca das urnas.

Eu, na verdade, estou um pouco insatisfeito com estas duas formulações de como nasceria esse projeto. Podemos partir da observação trivial de que o que vem reunificando as oposições não é nenhum acordo ideológico e nem de programa econômico. É simplesmente o temor diante da reforma eleitoral. Antes de surgir no horizonte a possibilidade de que o governo, através da reforma eleitoral, inviabilizasse o acesso da Oposição aos Governos estaduais e à maioria na Câmara, não havia nenhuma tendência no sentido da reunificação. Muito pelo contrário, estavam se exacerbando enormemente as divergências entre os Partidos.

Então, isso me leva a um raciocínio muito simples: o que unifica politicamente é o mecanismo eleitoral. O mecanismo das propostas econômicas, o chamado *projeto*, o faz em muito menor grau. A elaboração de uma proposta econômica consistente pode evidentemente ter um efeito aglutinador na cúpula do Partido, entre a cúpula do partido e outras instituições da sociedade civil. Mas eu acho que seu efeito não é tão grande quando pensamos na sociedade como um todo. Esse é o grande paradoxo brasileiro. Um nacionalismo militar, por exemplo da maneira que surgiu em Portugal em 1974, tem um forte mecanismo de coesão, que é a base militar, um grupo que teve uma experiência comum na guerra. Mas esse modelo é inviável aqui no Brasil.

O modelo que é viável, que é o eleitoral e partidário, tem baixa capacidade de coesão. Isto é inerente a uma estrutura partidária, parlamentar, eleitoral. Então, mesmo que esse projeto a que se refere o Luciano Coutinho seja elaborado e aceito pelas lideranças intelectuais e políticas da Oposição, não vejo como um Partido grande, federativo, dentro do nosso sistema de representação proporcional, tenha condições de transformá-lo num fator de disciplina e de coesão partidária. Realmente não vejo. Dentro de Partidos como os que existem no Brasil, os candidatos a Vereador ou a Deputado dirão o que quiserem. Isto não é "atraso" político, é algo inerente à política eleitoral e parlamentar. Houve, nas eleições de 1978, certo grau de uniformidade nas mensagens do MDB, mas isso não decorreu de nenhum mecanismo de sanção à disposição das lideranças partidárias.

Por outro lado, dizer, como disse o Walder, que o projeto pode nascer das urnas, também não me parece convincente. Nosso sistema partidário e eleitoral — e aí a forma brasileira é que é exagerada — torna qualquer resultado eleitoral profundamente ininterpretável. São muito poucos os indicadores de resultado eleitoral, no Brasil, que podem ser interpretados de maneira clara, como uma mensagem de política econômica. A própria legislação, o próprio sistema eleitoral, muito difuso, já provoca esse resultado. Neste momento, este problema é mais grave porque, além de ganhar as eleições, além de diminuir a derrota, o grande objetivo do Governo na reforma eleitoral é *diluir o resultado*. Diluir a significação do resultado. Por exemplo, numa eleição com três sublegendas e cinco Partidos, em São Paulo, o vitorioso, seja quem for, vai ter no máximo uns 20% dos votos. Que pode isso significar, em termos de projeto social e econômico?

E a este fato é preciso acrescentar a própria reforma partidária, que eliminou Arena e MDB e criou esses partidos novos, que talvez sejam ainda mais difusos em termos de imagem. É evidente que não estamos na situação francesa em que o voto pelo Partido Socialista pode ser interpretado como um posicionamento razoavelmente bem definido. Seguramente não é o nosso caso.

Portanto, eu acho que por aí também é muito difícil ver como vai surgir o “projeto” que todos consideramos necessário.

Gostaria de ir um pouco mais longe no diálogo com Luciano Coutinho, que expressou insatisfação com a ênfase um tanto “institucionalista” das oposições. Luciano acha que as oposições têm se preocupado demais com as formalidades, com as questões constitucionais. Mas dizer o contrário me parece extremamente perigoso. Numa situação de recessão, de aceleração inflacionária, de crise econômica, o resultado mais provável da desatenção às formas constitucionais é *pretorianismo*, e não uma solução política. É a fragmentação pura e simples do sistema político. Isto vale para o Governo e para as oposições. Acho, por exemplo, que o próprio Governo, na tentativa de mexicanizar, pode acabar *bolivianizando* o Brasil. A Bolívia tem uma situação em que nenhuma norma está em vigência. Acho, portanto, que a gestação do “projeto” alternativo não pode ser entregue nem à elaboração técnica por parte das

cúpulas partidárias e nem ao espontaneísmo das urnas. Acho que esse encaminhamento deve tomar a forma de antecipação dos temas que seriam discutidos após a eleição, para que sejam discutidos antes.

O próprio Governo tem como válvula de escape a afirmação de que após as eleições o próximo passo no cronograma é o início de uma reforma constitucional. Ora, o que precisa ser feito é inverter a ordem, para que através da discussão da reforma constitucional já se estabeleça de certa forma uma negociação a respeito dos resultados da eleição. Chegar a uma eleição como a de 1982, em que pode haver uma derrota fragorosa do Governo, sem uma negociação prévia do que pode vir depois, seguramente pode conduzir-nos a um terreno de confronto. Mesmo que o Governo faça a chamada reforma eleitoral casuística, a eleição continua muito imprevisível. Há novos Partidos, novas lideranças em cena, uma aceleração inflacionária muito grande, etc. E, sobretudo, o Governo está legislando para daqui a um ano e meio. Qual será o clima dessa campanha? Ninguém sabe. Então, o grau de imprevisibilidade continua muito alto. O Governo pode vincular o voto de Vereador a Deputado. Mas quem diz que, num clima de inflação de 120%, o deputado não puxa o vereador, ao contrário do que o Governo pretende? O risco é muito elevado. Eu, se fosse o Governo e quisesse preservar os meus interesses, faria a eleição com as regras atuais, porque essas eu pelo menos sei como funcionam, e poderia então planejar uma campanha dentro delas.

Se as eleições são imprevisíveis, e se seus resultados não são facilmente interpretáveis, o que me parece necessário é o encaminhamento da discussão institucional, concomitantemente à eleição.

Isto esbarra, estou cansado de saber, em algumas dificuldades graves. A primeira delas é que uma grande parte do sistema que detém o poder no Brasil, notadamente os *bolsões sinceros mas radicais* dentro das Forças Armadas, têm uma enorme intransigência com a idéia de negociação, de coalizão, de introduzir flexibilidade no sistema. Isto é um problema.

Do ponto de vista das Oposições, também há alguns pontos de inflexibilidade. A própria adesão que a oposição teve que fazer, há alguns anos, à bandeira da Constituinte, projetada num futuro distante, às vezes reduz sua capacidade para preencher esse vazio

do debate político-institucional. Há também casos difíceis de explicar, que talvez se devam à lentidão de reflexos a que se referiu o Luciano Coutinho. A oposição foi incapaz de agir para evitar o cancelamento da eleição municipal de 1980. Talvez ela não tivesse força para se contrapor às instruções do Governo, não sei. Mas o certo é que esse resultado produziu um vácuo político que fatalmente, a meu ver, conduziria ao terrorismo. Um vácuo muito longo que abriu possibilidades de retrocesso. Mais uma vez, agora, no encaminhamento da reforma eleitoral, as oposições mostram uma inacreditável falta de iniciativa. A oposição apenas se preparou para criticar o resultado que viesse montado pelo Governo e pelo PDS, sem qualquer iniciativa de dizer que sistema eleitoral ela desejaria, e que outras entidades da sociedade civil deveriam ser envolvidas na discussão desse problema.

Gostaria portanto de provocar um pouco o debate em torno dessa antecipação dos temas político-institucionais, de uma possível coalizão e da reforma constitucional que viria em 1983.

WALDER DE GÓES — Eu gostaria de esclarecer melhor o que disse sobre o problema de liberalizar ou não os controles econômicos o ano que vem, em virtude do calendário eleitoral. Eu não chegaria ao extremo de dizer que o Governo vai abrir mão da política que aí está para ajudar eleitoralmente o PDS.

Acho apenas que vai liberalizá-la em alguns de seus setores, como por exemplo o setor dos gastos públicos, a fim de recuperar alguma flexibilidade de manobra, sem que isso represente um aumento imoderado da pressão inflacionária. Mas esse é um recurso que o governo obviamente vai precisar utilizar, embora seu objetivo não seja propriamente ganhar as eleições. Ele poderá municiar-se de mais recursos para andar melhor no plano eleitoral, mas, como eu disse ontem, há um aspecto novo no comportamento do governo, que é o *abandono da ilusão da vitória*. Este é um dado qualitativamente novo. O General Geisel fez a eleição de 1974 na suposição de que o País, agradecido, iria dar-lhe a vitória eleitoral. Mas agora o governo está convencido de que vai perder as eleições. Se ele optar, como eu acho que vai optar, por alguma flexibilidade de gastos e por uma mudança nas regras do jogo eleitoral, é simplesmente para obter nas urnas um resultado que lhe permita

sentar-se à mesa, e talvez numa boa posição da mesa, que negociará o futuro pacto político. O governo quer uma situação estrategicamente adequada para presidir a negociação do novo pacto político.

Dito isto, eu passaria às questões levantadas pela Maria do Carmo. A primeira questão colocada parece-me que foi uma certa desesperança de que as eleições possam produzir uma alteração do quadro de compromissos, tendo em vista que o Congresso não é um ator importante no processo decisório. Eu estou de acordo que não é, de fato. Isso podemos observar a olho nu. Mas a questão que está colocada por essas eleições não é a que estava colocada nas eleições passadas. Nas eleições passadas, a oposição ganhava as eleições mas de um modo que não afetava a maioria relativa do governo. Ganhava na medida em que fazia um progresso considerável, mas não chegou a capturar a maioria parlamentar. Ora, o que está em discussão este ano não são apenas os governos estaduais, não são as câmaras, nem as prefeituras. O que está em jogo é o próprio papel do Congresso Nacional, no sentido de que o presidencialismo brasileiro não tem tradição de governar sem maioria parlamentar. Sempre que os presidentes perderam a maioria parlamentar, tivemos graves crises no Brasil. Em segundo lugar, o que está em discussão é a formação do colégio eleitoral para a sucessão presidencial em 84, que será constituído por esse Congresso, com adendos de representação das câmaras e assembleias. Ora, se o governo perder a maioria, este colégio assume uma importância vital. O governo será forçado a negociar um acordo de partidos, para obter uma nova maioria que lhe permita encaminhar sua proposta de sucessão. Isto deverá se dar logo a partir de 83, e não 84, uma vez que o problema do Governo em minoria parlamentar vai se colocar logo após as eleições.

MARIA DO CARMO C. SOUZA — Ao mesmo tempo, como você fala na tendência do exército a se fechar em torno de certos valores da corporação, isto significa que ele está fora da discussão da reforma eleitoral e do modelo econômico?

WALDER DE GÓES — Usei ontem a expressão *contenção relativa das Forças Armadas*. Ainda fico com esta expressão na medida em que ela indica uma incapacidade do exército de se mover

politicamente. Ele na verdade está operando uma ação política mais de tipo defensivo do que ofensivo. E isto é reforçado por dois fatores bastante claros. Primeiro, a divisão interna. Da mesma forma que não há no conjunto da sociedade, também não há no exército a possibilidade de se formar uma maioria coesa para agir em relação ao sistema político como um todo. Em segundo lugar, o exército também não tem uma proposta concreta de política alternativa. Neste momento, ele está órfão de propostas para resolver a crise política e a questão econômica. Nós sabemos que os militares não lidam com facilidade com a matéria econômica. Então, eles estão muito perplexos diante da situação e portanto paralisados, incapazes de agir. Esta é a questão vital.

Associado a isto você associou o problema do que pode significar o perfil do novo comando. A importância disso está puramente na inversão do sistema de lealdade. O sistema atual de lealdade da presidência em relação ao exército é caracterizado pelo fato de que foi este seletor colégio que indicou Figueiredo e o fez general de quatro estrelas. A inversão consiste em que, agora, o Presidente é que fará esse colégio. Um fato dominante hoje, no sistema político brasileiro, é uma difícil e penosa divergência entre o Palácio e o Exército quanto aos métodos de implementação da abertura política. Há divergência quanto ao ritmo; há divergência quanto aos controles eleitorais, pois os militares obviamente gostariam de controles mais estritos; há divergência quanto à tolerância do Palácio em relação às manifestações gerais das classes civis, especialmente dos meios de comunicação. Na medida em que há divergência, é óbvio que há também necessidade de negociação, para que não haja uma ruptura entre o Exército e o Palácio. Na medida em que se produz a inversão do sistema de lealdade, esta divergência tende a se diluir, à medida que o Palácio ganha capacidade de impor de modo mais tranqüilo o seu método de implementação. Quanto ao projeto para sair da crise, o que eu vejo é mais perplexidade do que qualquer idéia organizada sobre o que dizer. Mas eu diria, a grosso modo, que as tendências seriam para apoiar um projeto de sentido nacionalista moderado. Nesse sentido estou perfeitamente com a perspectiva do Bolívar, que não vê a possibilidade de um projeto drástico, de tipo autarquizante.

Quanto a uma outra colocação do Bolívar, eu não mencionei a possibilidade de que haja uma redução importante da capacidade *global* de gerenciamento político. Eu me referi apenas a uma redução na capacidade *do governo*, não do sistema político como um todo. Está havendo uma redução progressiva da capacidade do governo de gerenciar a situação política, e acho que só as eleições realmente poderão ampliar a taxa de governabilidade do sistema político.

Nesse sentido, também só as eleições, a meu ver, produzirão condições, no nível dos partidos, para que essa taxa de governabilidade aumente. Porque, até as eleições, de fato, a união das oposições somente ocorrerá em contraposição à reforma eleitoral proposta pelo Governo. Mas é preciso notar outros fatores que tendem a agir no futuro. E o primeiro deles é o risco de que os pequenos partidos não se organizem a partir dos critérios definidos pela legislação, que, como sabemos, se baseiam nos resultados eleitorais.

A mera hipótese de que os pequenos Partidos não se organizem, e de que, não se organizando, não terão representação no Congresso, visto que os votos conquistados por eles serão considerados nulos, essa mera hipótese está criando tendências no sentido da agregação, no sentido de que eles se componham com os Partidos eleitoralmente mais viáveis. Gostaria também de discutir a alusão do Bolívar à possibilidade de que os resultados eleitorais não sejam muito claros, muito interpretáveis, e que, em consequência, se torne difícil o encaminhamento de um projeto. Isso de fato está de acordo com a nossa tradição de resultados eleitorais. Mas levando-se em conta que a tendência entre as oposições é mais para a unidade do que para a divergência, e levando-se em conta sobretudo que, pela primeira vez, estamos diante de um caso em que o Governo pode perder efetivamente o controle absoluto do Congresso, e não apenas relativo, pode-se mais claramente criar um quadro dentro do qual os resultados sejam facilmente interpretados. Isto é, o Governo perde a eleição e só consegue recompor a sua presença no sistema político através de uma negociação com um segundo Partido.

É claro que a situação toda é muito difícil de prever. Como disse o Galbraith, fazer previsões é muito difícil, especialmente sobre o futuro. O encaminhamento de um projeto passa por muitas dificuldades. Mas eu concordo com o Bolívar quando ele vê certa

tendência, compartilhada pelo Governo, pelo Partido do Governo e pela Oposição, no sentido de já se começar a discussão de reformas institucionais que pelo menos balizem a produção de um projeto.

Eu não penso muito na eficácia de propostas partidárias isoladas, pelo fato de que até as eleições essas propostas tendem a refletir de maneira excessiva os interesses de proselitismo eleitoral. É por isso que dou muita importância às urnas como elemento capaz de gerar novos pactos e novas alternativas. Mas há pelo menos uma indicação de que o encaminhamento do problema possa ter início *antes* das eleições. Há uma tendência, ainda muito difusa, de que o próprio Partido do Governo, e nesse caso provavelmente com o apoio de outros Partidos, encaminhe, já no próximo ano, antes das eleições, um projeto de reforma constitucional. Parece-me possível que esse projeto incorpore a idéia de um retorno ao Parlamentarismo. Isto tem sido discutido, ainda sem muita consistência, mas parece ser uma fórmula para facilitar a divisão do poder, ou a organização interna das relações de poder.

ANDRÉ LARA REZENDE — Duas coisas. Tanto a Maria do Carmo como o Bolívar acham que, entre as duas alternativas que citei de modelos econômicos apropriados para uma solução autoritária, a *neo-liberal* de tipo chileno é a mais inviável e pode ser excluída. Eu não acho que ela seja totalmente excluída. Primeiro, porque esse modelo tem um pacote pronto de medidas econômicas, um pacote muito bem definido, muito coerente internamente, muito aceito em círculos acadêmicos e em meios empresariais. Tem grande apelo pela sua simplicidade e pelo seu aparente bom senso. Tem apelo político, na medida em que formula uma crítica ao papel do Estado na economia, que tem sido realmente muito exagerado no Brasil, nos últimos anos: uso indiscriminado de subsídios, disseminação de empresas estatais em áreas em que sua presença é claramente desnecessária, e assim por diante.

Esse pacote “chileno” é apresentado como uma solução para qualquer caso, independente das condições históricas de cada país, uma solução mágica. Por isso ele tem muito apelo. Numa situação de grande perplexidade, como lembrou aqui o Walder, ele pode sensibilizar até mesmo as áreas militares, por ser um pacote muito objetivo e claro.

É verdade que a implementação desse tipo de política impõe custos gigantescos, especialmente em termos de recessão industrial. Mas, no Brasil, justamente por ser muito grande a parcela que o Estado detém na economia, os custos podem ser atenuados pela própria desarticulação desse aparelho do Estado. Ele pode ser dividido e leiloado, de forma a minimizar os custos que de outra forma seriam pagos pelas empresas privadas, tanto nacionais como multinacionais, fazendo uma certa distribuição dessa parcela que o Estado controla na economia brasileira, durante um certo período.

Portanto, não me parece improvável que venha a ser feita uma *tentativa* de implantar esse projeto. *Improvável, isto sim, é que ele tenha êxito.* Acho que a chance de dar certo é próxima de zero. Primeiro, ele só pode ser imposto de uma forma extremamente autoritária e violenta. Na economia chilena, que é pequena, que se caracteriza pelo elevado grau de abertura em relação ao exterior e por uma industrialização reduzida, ele tem maior possibilidade de ser implementado. Mesmo lá fracassou. Mas o fato de ter fracassado lá não quer dizer que sua implementação não possa ser tentada aqui, pelas razões que já mencionei.

BOLIVAR LAMOUNIER — O Walder disse que os militares estão perplexos, mas disse também que a orientação ideológica deles é muito mais no sentido contrário ao desse modelo. Que é uma orientação muito mais nacionalista, estatizante, embora moderada.

ANDRÉ LARA REZENDE — O fato é que toda corrente nacionalista dentro do Exército, no Brasil, sempre que tentou pôr a cabeça de fora foi cortada. A ideologia não é essa.

LUCIANO COUTINHO — A aplicação desse modelo *neo-liberal* na Argentina não conseguiu desmontar nada do setor estatal. Os militares tomaram conta dele e ainda se fortaleceram.

PÉRSIO ARIDA — Queria fazer uns comentários ainda sobre a questão das possíveis saídas para a crise econômica. O fato é que a imaginação não está ajudando muito, neste momento. Quando a economia vai bem, o imaginário floresce. Quando a economia vai mal, temos uma tendência a procurar os cenários mais terríveis. Dos dois cenários que apareceram nesta discussão, um deles não

tem a menor viabilidade, apesar de ter suporte ideológico, que é o cenário nacionalista. Tem suporte ideológico, mas não tem viabilidade num País em que o problema crucial é justamente a restrição da Balança de Pagamentos.

O cenário oposto, anti-estatizante, que implica a liquidação geral do setor público, tem plausibilidade, por duas razões. Primeiro, porque o empresariado, ingenuamente, se coloca a favor dele. Muitos empresários sonham com o leilão do setor público, não se dando conta de que essa liquidação é um processo quase impossível de acontecer. Como negociação, é inimaginável. Isso pode ser feito através de um golpe militar, autoritariamente, mas mesmo assim é difícil. Numa situação política aberta, com relativa sensibilidade às pressões dos vários grupos empresariais, é uma negociação completamente inviável.

ANDRÉ LARA REZENDE — Concordo plenamente com o Pérsio, é exatamente minha posição. Acho que, ilusoriamente, esse projeto vai ter apoio do empresariado, e por isso não pode ser descartado. Mas não tem chance de êxito.

LUCIANO COUTINHO — Realmente, é falta de imaginação pensar nessas duas alternativas. Elas foram colocadas aqui como dois extremos, somente para alimentar o debate. A viabilidade de qualquer dos dois é baixíssima. O grande desejo nacional é, na verdade, um projeto de democracia, talvez moderadamente nacionalista. Esta é que é a grande força, enquanto projeto. Estou de inteiro acordo com o Bolívar, com a Maria do Carmo e com o Walder no sentido de que as oposições devem se preocupar com a clareza do resultado eleitoral e com o encaminhamento de negociações capazes de assegurar a continuidade do processo de abertura. É verdade também que a sublegenda e os casuísmos arrebatam com qualquer coisa em termos de projeto, porque diluem o resultado. O segundo ponto importante é que, embora um projeto do PP seja diferente do projeto do PMDB, para só falar dos dois partidos mais importantes, sem dúvida os dois caminham, com nuances, na mesma direção, que é um projeto democrático para o Estado, e inclusive para a condução das empresas públicas. É também um projeto nacionalista moderado, que pode ter sentido de aprofunda-

mento da distribuição de rendas, alguns estímulos de avanço industrial, e também graus distintos de avanço em torno do problema da política energética. Os graus, as nuances são enormes, o projeto não precisa ser único, mas é preciso antecipar projetos. Vai ser impossível não discutir a fundo as diretrizes fundamentais da política econômica. Essas diretrizes terão que ser discutidas mais amplamente, em termos de democratização, porque o sistema extremamente fechado através do qual é feita a política econômica vai ter que ser negociado. Também concordo que a eleição de 82 não assegura nada disso, a não ser que o governo perca a maioria parlamentar, e aí terá que negociar alguma coisa. Mas é preciso estar preparado para essa contingência. É estúpido pretender preservar o enorme grau de autoritarismo que existe no país, na gestão da política econômica. Nunca houve neste país, nem no Estado Novo, uma concentração de poder tão grande quanto agora.